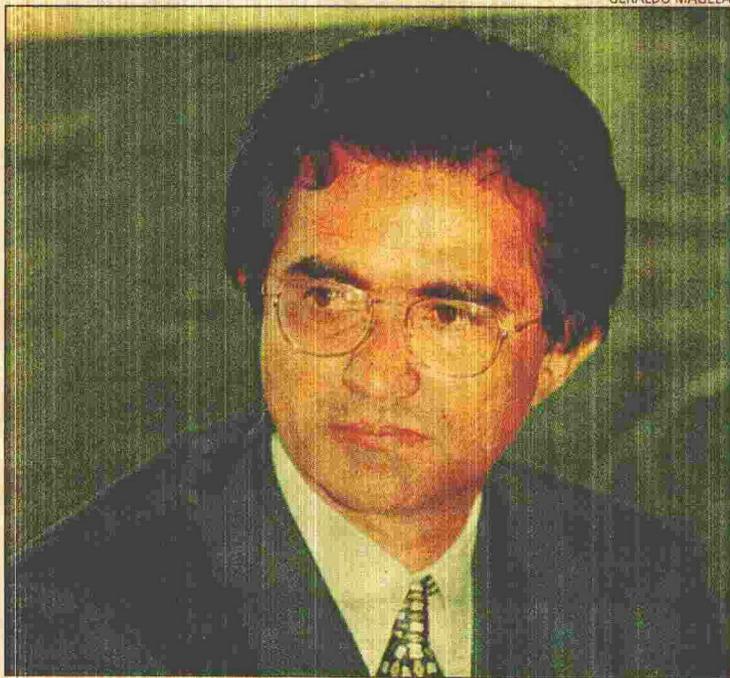


Roriz afasta administrador

Eduardo Gomes, de Ceilândia, é acusado de exigir propina para liberar comércio

GERALDO MAGELA



EDUARDO Gomes da Silva é engenheiro do quadro do GDF

COMISSÃO TEM 20 DIAS PARA APURAR O CASO DENUNCIADO POR COMERCIANTES E GRAVADO EM FITA

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA

O governador Joaquim Roriz afastou ontem o administrador de Ceilândia, Eduardo Gomes da Silva (PSDB), após tomar conhecimento de que a Administração Regional havia se transformado numa central de extorsão. A denúncia partiu de comerciantes locais e chegou ao governa-

dor acompanhada de uma fita. Eduardo Gomes e alguns de seus assessores, segundo as acusações dos comerciantes, cobravam propina para permitir o funcionamento de comércios irregulares, especialmente em áreas públicas. Um técnico, cujo nome estava sendo escolhido ontem à noite, assumirá interinamente a Administração.

Ontem mesmo Roriz entrou em contato com a deputada Maria de Lurdes Abadia (PSDB) e com o presidente do partido, Gustavo Ribeiro, inteirando-os de sua decisão, respaldada pelos dois. O ato de afastamento do administrador está publicado hoje no *Diário Oficial do DF*. Paralelamente, Roriz constituiu

uma comissão para averiguar as denúncias. Esta comissão tem 30 dias para dizer se as acusações são verdadeiras. Caso confirmadas, Eduardo Gomes, que é engenheiro do quadro do GDF, será exonerado a bem do serviço público.

"Não admito corrupção em meu governo", disse Roriz pouco depois de assinar o ato de afastamento. O governador lembrou que toda a sua equipe, do primeiro ao último escalão, foi advertida desde o início de que, em seu governo, "não há espaço para desvio de conduta". Segundo ele, o zelo com a coisa pública, respeito ao cidadão, correção e ética administrativa são princípios dos quais

não abre mão. "O administrador público recebe a delegação de poderes para trabalhar e resolver os problemas de sua cidade; não para tirar proveito do cargo", disse o governador.

Dentro desta linha de raciocínio, Roriz considera fundamental a participação da sociedade, fiscalizando e denunciando atos irregulares. O governador lembrou dois recentes casos de denúncias que tiveram pronta resposta do Executivo: a distribuição de chácaras pela Fundação Zoobotânica (hoje extinta), em área rural próxima à Papuda, e a concessão de um terreno no Paranoá para a construção de uma faculdade.